

ANEXO II – JUSTIFICATIVAS PARA TERMOS DE REFERÊNCIA visando a contratação de empresa para prestação dos serviços: contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância armada complementar, diurna e noturna, da Área Sul do Projeto Público de Irrigação Pontal (Deputado Osvaldo Coelho), localizado no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, dentro da área da abrangência da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função do serviço de engenharia em questão, previstas no Termo de Referência e que aqui relacionadas passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação: vigilância do patrimônio para a sua conservação e garantia do funcionamento dos Setores de Colonos dos Perímetros.

Regime de execução: prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

As despesas correrão à conta do Programa de Trabalho Nº 20.607.2077.5260.0026 – Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.826 ha, no estado de Pernambuco, sob a gestão da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura.

Do Serviço “Comum”:

Por se tratar de serviço de engenharia “singelo”, com perfil executivo típico, tecnicamente padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico”.

Desapropriação: Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Qualificação Técnica:

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Sendo previsto um tempo de experiência mínima de 12 (doze) meses, considerando o prazo comumente pactuado pela Administração Pública para os serviços continuados, considerando ser o equivalente ao prazo previsto do objeto a ser contratado, considerando o tempo mínimo necessário para avaliação de capacidade de execução, tendo em vista que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses, mediante a manutenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, considerando ser um período suficiente para preparar a substituição do contratado por outra empresa, caso de não atendimento às exigências contratuais, por meio de novo certame. Sendo descrito em meses para a possibilidade de somatório ao tempo mínimo exigido.

Sendo necessária experiência em ações de reintegração de posse, considerando ocorrências de invasões dos Lotes Empresariais 06, 23, 25, 31 e de parte das áreas irrigáveis dos Setores de Colonização, no período de 2014 a 2018, considerando as ocorrências de reintegrações de posse

dentro do PPI Pontal, considerando a tentativa de nova invasão nas áreas dos Lotes Empresariais 06, 23, 25 pelo MST, ainda em 2018, após as reintegrações de posse, considerando ao desenbolsos pela Administração Pública para as ações de reintegrações de posse em cerca de R\$ 2.173.002,05 (dois milhões, cento e setenta e três mil e dois reais e cinco centavos), considerando um envolvimento de de diversos agentes públicos, tais como a polícia militar, a polícia federal, INCRA e prefeitura municipal para uma ação de reintegração, considerando expertise necessária na área de reintegração de posse para a devida articulação com esses demais atores públicos para a proteção contra novas invasões, considerando ser primordial a prática de atos semelhantes para em caso de confronto de ações de invasão com bandeira social, possa existir a proteção com conhecimento suficiente dos diretos e limites legais da guarda, considerando que haja uma proteção sem abusos e sem omissões, considerando ser a prática para esses tipos de ações o treinamento para estratégias de proteção do tipo, considerando que invasões às instalações do PPI Pontal podem causar prejuízos e danos irreparáveis às produções agrícolas na área por impedimento do abastecimento de água, como ameaçados por grupos de invasores no PPI Pontal e em outros Perímetros da Codevasf, tais como o do Salitre e Nilo Coelho.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio:

Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada. Acrescento ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado.

Petrolina, 25 de setembro de 2020.